

De volta ao passado: o debate histórico das profissões e do Serviço Social no Brasil

Back to the Past: The historical debate of professions and Social Work in Brazil

Débora Holanda Leite Menezes* 

Resenha do livro *Profissões e serviço social: surgimento e regulamentação ética no Brasil*, de Charles Toniolo

A obra *Profissões e Serviço Social: surgimento e regulamentação ética no Brasil* foi publicada pela editora CRV, no ano de 2022, do Dr. Charles Toniolo de Sousa, professor adjunto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Um intelectual, pesquisador, militante aguerrido do debate de fundamentos da profissão, que expressa em seu trabalho o posicionamento crítico da realidade consonante com a direção ética e política do Serviço Social. O seu livro é fruto do percurso de doutoramento no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, defendido em 2020.

A obra é uma expressão do grande fôlego acadêmico do autor, que alia o conhecimento da trajetória do Serviço Social no Brasil às características contemporâneas da profissão. De maneira pedagógica, o autor trata de elementos fundamentais sobre a dinâmica societária e os processos históricos vivenciados no Brasil e pelo Serviço Social, desde sua gênese. Assim, é fundamental para os interessados em compreender o passado da profissão, com foco nos movimentos de regulamentação desde sua origem, e como isso veio acompanhando os processos históricos de expansão da profissão, em especial, com o marco do Código de Ética de 1965. A partir desse olhar, projeta uma ótica cuidadosa, que se expressa na sua apropriação de leituras sobre as profissões liberais na dinâmica da formação do Estado brasileiro.

O autor proporciona um diálogo crítico com a “sociologia das profissões”. Na sua obra, realiza uma pesquisa documental e bibliográfica.

RESENHA

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78954>

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: debyholandaufrij@gmail.com.

Como citar: MENEZES, D. H. L. De volta ao passado: o debate histórico das profissões e do Serviço Social no Brasil. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp.238-243, set./dez. 2023. Resenha da obra: TONIOLO, C. *Profissões e Serviço Social: surgimento e regulamentação ética no Brasil*. Curitiba: CRV, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78954>

Recebido em 15 de junho de 2022.

Aprovado para publicação em 18 de julho de 2022.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

fica profícua para alicerçar seu debate; resgata elementos da formação econômica, política, social e cultural, para debater sobre como tais dinâmicas societárias históricas refletiram e ainda se apresentam no contexto contemporâneo, com novas e velhas roupagens, principalmente quando olhamos para a gênese da questão social e do Serviço Social no Brasil.

O texto está organizado em três partes, as quais dialogam entre si para compreender o constructo estabelecido socialmente, que trata do Serviço Social e sua relação direta com as demais profissões. A primeira parte aborda a questão da regulamentação das profissões no Brasil; a segunda trata da emergência do Serviço Social e da organização dos assistentes sociais no Brasil; e a terceira, por sua vez, discute a expansão e a regulamentação ética do Serviço Social no Brasil.

A primeira parte contempla três capítulos, os quais abordam as profissões liberais e a dinâmica da formação do Estado brasileiro; a questão social no Brasil e os impactos nas profissões e o imperialismo; e o desenvolvimento e a regulamentação estatal das profissões estatais. Para isso, o autor se debruça em compreender como se deu a formação das colônias americanas, que inclui o Brasil, as quais são baseadas no desenvolvimento universal do capitalismo. Lembra, ainda, ancorado na leitura de Caio Prado Jr., que o mundo do trabalho, das relações econômicas dominantes no Brasil, requeria uma atividade laboral escravizada, com esforços e sacrifícios musculares para o feitor e, para a mulher, a passividade.

Apesar da existência deste trabalho escravo, se demandava um aprimoramento com foco na exportação, no crescimento urbano e na formação do Estado nacional, colocando em destaque medicina, engenharia e direito. Destarte, Charles Toniolo interroga, com base em Marx, como no espectro de tantas atividades e ocupações existentes no mundo do trabalho – produtivo e improdutivo – uma atividade é qualificada como profissão e outra não. O autor se baseia em Maria da Lurdes Rodrigues para afirmar que profissões são produtos históricos e, como tais, estão sempre em movimento – permitindo que essas análises dialoguem entre si, confrontando-se mutuamente. Deixam-se evidentes as múltiplas possibilidades de resposta para a pergunta, nos afastando de um viés neopositivista.

O capítulo dois aborda a “questão social” no Brasil e os impactos nas profissões. Para isso retoma o crescimento do mercado de trabalho desencadeado no Brasil do século XIX, sobretudo nos centros urbanos, destacando que o desenvolvimento das manufaturas demandou uma série de novas e velhas ocupações. Nas percepções acumuladas pelo autor, destaca-se que a formação da classe trabalhadora brasileira se dá a partir das experiências e resistências comuns, diante das distintas formas de escravidão.

A força das ideias liberais durante o período da monarquia e em toda República Velha produz tensões vivenciadas, dentre as quais salientam-se as polêmicas sobre as definições das “profissões imperiais” nas legislações republicanas. Pontua que, a concepção

de “liberdade de trabalho”, que já aparecia na Constituição anterior e posteriormente referendada pela Carta Magna de 1891, isso não garantiu que a criminalização do exercício da medicina, da farmácia e da odontologia para quem não possuísse o título, como dito pelo Código Penal de 1890. Isso coloca a medicina em um lugar diferenciado, justamente por perceber a centralidade que tem a partir da adoção de política higienista e *a posteriori* eugenista, decorrentes dos impactos da libertação dos escravizados e dos processos de migração europeia. Destaca-se que as ações no campo da saúde pública ascendem a medicina a um campo de intervenção no Brasil: o sanitarismo.

O autor dialoga sobre os problemas da saúde pública que foram enfrentados apontados na tentativa de reduzir os efeitos negativos decorrentes dos processos de industrialização e urbanização da classe trabalhadora, a qual, por sua vez, era o público prioritário das ações higienistas. Sabe-se que os ideais higienistas sempre trouxeram, em sua essência, práticas repressivas de controle social, de espaços públicos e privados, com foco nos locais de moradia da população pobre, envolvendo o aparato estatal de instituições de saúde e de segurança, fortalecendo assim o ideário que articula saúde e criminalidade. Desse modo, apesar de existir uma preocupação com os surtos epidêmicos, não se pode perder de vista que havia também uma preocupação com o modo de vida baseado na moralidade, repleto de preconceitos e perseguições para com a população mais pauperizadas.

O autor adensa o debate acerca das intervenções da medicina coletiva, que se configurava a partir da ampliação do mercado de trabalho assalariado para intervenção estatal: a medicina social, acompanhada de uma agenda de intervenções urbanísticas, desde a Independência, que requisitava engenheiros. Os ensinamentos e práticas oriundas da aproximação europeia da formação social brasileira, de superioridade branca, baseada no modelo higienista, incorporavam as teorias racistas e de caráter eugenista. Essas, por sua vez, trouxeram fortes impactos para a medicina e o direito, precisamente por estabelecer uma relação entre saúde e criminalidade.

Em particular, no direito, o mundo acadêmico e o político se articulavam mutuamente, por conta da necessidade da formação de uma elite intelectual que representasse o interesse das classes dominantes brasileiras. Toniolo pondera, ancorado em suas referências, que nas primeiras produções das faculdades de direito a questão criminal ganha centralidade nas preocupações dos juristas, até porque buscava-se sintonizar o direito com os desafios postos naquele período de controle e reprodução social da sociedade burguesa na Europa – abordagem conhecida como antropologia criminal.

Neste percurso, o autor problematiza os principais atravessamentos vivenciados na dinâmica societária, para pensar as influências europeias, recorrendo à postura do Estado para compreender como operativamente estavam sendo construídas tais intervenções estatais na criação de uma legislação trabalhista, social e sindical, para atuar de forma dife-

renciada sobre a questão social. O autor, ao parafrasear o ex-presidente Washington Luís, que considerava a “questão social como questão de polícia”, reforça que tal enfrentamento se baseava na repressão. É na agenda dos movimentos desencadeados mundialmente, e com as transformações da sociedade brasileira, a partir de 1930, bem como com as políticas autoritárias como estratégia para alavancar o desenvolvimento, que o Estado tem papel central. O autor aponta que, com a presença de legislações para maior controle e, ao mesmo tempo, tentando responder às reivindicações dos trabalhadores, que a questão social se torna questão de política, apreciando as reflexões de Cerqueira Filho.

Ainda no terceiro capítulo da primeira parte da obra, o autor aproxima-se da leitura de como o capitalismo monopolista, sob a liderança estadunidense, direcionou-se aos países periféricos. É no fomento do desenvolvimento social e econômico que a reprodução do capitalismo na América Latina gerou políticas de industrialização pesada nesses países, sobretudo na década de 1950, o que provocou, por sua vez, o desenvolvimento associado ao capital estrangeiro e dependente dele. Refletindo sobre efeitos deletérios, a dinâmica societária, com a entrada do regime ditatorial no Brasil, acompanhou um processo de modernização, de essência conservadora. Neste contexto, a regulamentação das profissões se dá dimensionada nas formas de controle. Destarte, o autor demonstra que o desenvolvimento das profissões no Brasil inclui a opção de regulamentá-las através do Estado, e é fruto de lutas e protagonismos das classes. Dessa maneira, as regulamentações são decorrentes do agravamento e das respostas construídas à questão social diante do contexto de formação sociopolítica do Brasil.

Na parte dois da obra, o autor elenca um conjunto de capítulos, os quais discorrem sobre as determinações e mediações do surgimento e da legitimação do Serviço Social no Brasil, como profissão que emerge em condições de assalariamento no cenário brasileiro e na divisão internacional do trabalho na idade dos monopólios. O autor baseia-se na análise das perspectivas europeia e estadunidense, que influenciaram o Serviço Social brasileiro e da América Latina. Celebra ao final desta parte, a partir de reflexões sobre como resultou a aprovação do primeiro Código de Ética Profissional de 1947 e sobre os trâmites de regulamentação da profissão.

No quarto capítulo da segunda parte, o autor trata do surgimento das primeiras escolas de Serviço Social, a partir de 1936, sobretudo no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, mas que posteriormente se espalhará entre as principais capitais e centros urbanos do país, com forte hegemonia católica. Comenta sobre os marcos históricos relevantes para a profissão na década de 1946, com a criação da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (Abas) e da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (Abess). Refere-se ainda à emergência das grandes instituições socioassistenciais, que potencializa a criação de um mercado de trabalho para assistentes sociais. É na década de 1950 que assistentes sociais, especialmente as vinculadas às associações e às instâncias de formação, dão início a um

processo de normatização do ensino em Serviço Social, com a sua regulamentação oficial. Posto isso, reconhece-se que a profissão irá corroborar para reprodução do capitalismo, em uma relação de trabalhador(a) assalariado(a) executando as políticas sociais. Toniolo menciona que uma das profissões emergentes na idade dos monopólios, que será requisitada para participar do processo de produção e reprodução, será o Serviço Social, rompendo com práticas voluntárias ligadas à filantropia e à assistência já existente.

No capítulo cinco da obra, a preocupação do autor desenha-se em refletir sobre as perspectivas europeias e estadunidenses na profissão. Neste percurso, não se pode perder de vista a aproximação com a Igreja Católica no surgimento da profissão. As soluções que a Igreja constrói para a questão social fundam-se na doutrina social, baseada em *rerum novarum*, posicionamento baseado no campo da moral cristã, operacionalizado por mulheres católicas. É nesta ótica que, em nome da ordem e da paz, travestida de ajuda, estava autorizada a invasão da privacidade dos trabalhadores.

As tendências europeias são ancoradas em uma projeção higienista e moralizada, enquanto estratégia de controle e reprodução, por meio de ações coercitivas, ainda que com uma dimensão educativa. No escopo estadunidense, o autor reflete sobre a tese da profissionalidade do Serviço Social, de Mary Richmond, a partir do momento que inclui a incorporação de conhecimento técnico-científico nas ações de caridade. Tal experiência inspira-se em uma filosofia pragmática, até porque reforça a ação profissional e contempla: o conhecimento e a própria ação. Posto isso, constata-se que constrói uma relação entre sujeito e meio social, a qual irá subsidiar uma ação muito baseada na medicina, na ideia de um diagnóstico social. É nesta aproximação que adiante fica explícito que o Serviço Social de caso e o Serviço Social de grupo são expressões máximas da abordagem psicossocial do Serviço Social norte-americano. Toniolo, com base nos acúmulos teóricos adquiridos na pesquisa, menciona que o Serviço Social em organizações de comunidade não foi possível de ser identificado como parte de uma abordagem psicossocial.

No capítulo seis da segunda parte o autor sinaliza que a apropriação das técnicas vindas do Serviço Social estadunidense e dos princípios cristãos provenientes do neotomismo que vai ser dado o tom do exercício profissional, quando de sua legitimação no mercado de trabalho, seja nas relações com as equipes multidisciplinares em que os profissionais estavam inseridos, seja na relação com os usuários. Isso, de alguma maneira, favoreceu os arranjos de mobilização das assistentes sociais.

Na parte três, a obra está organizada em dois capítulos, que tratam da regulamentação da profissão, culminando no Código de Ética profissional de 1965. Todavia, sabe-se que nesta agenda a sociedade brasileira vivenciava momentos de expansão do país e que no seio da profissão questionava-se, parafraseando Netto, a erosão do Serviço Social tradicional. Destaca-se que a influência estadunidense no Serviço Social latino-americano e no

Brasil é engendrada pela expansão do capitalismo e dominação de classe. Neste sentido, em uma pauta de desenvolvimento, a afirmação de um estatuto de profissionalidade do Serviço Social como liberal se deu de forma basilar, associado ao que historicamente referenciou as demais profissões imperiais. É neste cenário de efervescência que em 8 de maio de 1965 o Conselho Federal de Assistentes Sociais aprova o Código de Ética Profissional, sendo para o autor a própria expressão da regulamentação da ética no Brasil.

Sendo assim, não esgotam por aqui as inúmeras reflexões do autor sobre o Serviço Social e sua relação com as profissões, até porque posso nomear essa obra como um clássico atualizado do debate histórico das profissões e, em particular, do Serviço Social, justamente por permitir uma volta ao passado, que é basal para compreender a profissão. Assim, entende-se que o livro do autor abre um leque de contribuições para articular o debate da profissão, compreendendo-a no tempo presente, diante de um contexto de ofensivas neoconservadoras.